

Os economistas não temem novo crack. E dizem por quê.

Há 30 anos, todos os professores de economia, a intervalos mais ou menos regulares, têm dado cursos sobre o seguinte tema: a crise de 1929 pode se repetir? Nenhum estudante deixou de exercitar-se sobre este tema, e nenhum jornalista financeiro deixou de estimular seus leitores com essa pergunta.

Faz 30 anos que a resposta da maioria dos economistas não varia. Depois de 1929, o Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos (em valores) diminuiu pela metade em quatro anos, o comércio internacional (também em valores) reduziu-se em dois terços e mais de mil bancos faliram na América e na Europa. Tais fenômenos não podem mais se repetir: as políticas monetárias impedem abalos na emissão de moeda e na situação dos bancos; as políticas orçamentárias e de previdência social evitam a queda do consumo das famílias. As conjunturas econômicas podem ter variações nos ritmos de crescimento; a estagnação ou pequenas quedas do PNB são possíveis, o investimento das empresas pode oscilar consideravelmente, o desemprego e a inflação podem persistir, mas qualquer desmoronamento, segundo o modelo dos anos 30, é impossível.

Por que esse equilíbrio relativo não tranquiliza? É que existem sempre pretextos que trazem o assunto à baila. A Bolsa baixa: é que se anuncia a crise. Sobe: não tardará a cair. Os marxistas impenitentes e os apreciadores de "suspense" vivem assim intensamente ao ritmo dos mercados financeiros. Mas é preciso preocupar-se tanto com as Bolsas? Os especialistas sabem que a grande crise teria ocorrido mesmo se não tivesse sido precedida pela queda de Wall Street. E se, amanhã, esta ou aquela Bolsa, em um país, baixasse, outras, no restante do mundo, subiriam, graças ao lucro das empresas e à procura de poupança financeira. Não será esse, em todo caso, um dos sinais anunciadores do apocalipse.

As analogias também representam um grande papel. Nos anos 20, nos Estados Unidos, presidentes republicanos entrevistaram na Nicarágua, reduziram os impostos e anunciaram a cada dia a prosperidade perpétua. Daí a concluir que as consequências de Regan devem ser lidas nas consequências de Coolidge e de Hoover, basta um passo.



1929 ESTE DRAMA SE REPETIRÁ?

Hoje, os EUA controlam muito melhor sua economia por meio de políticas monetária e orçamentária. Mas nem todos estão tranquilos. É o que mostra Jean-Claude Casanova, editorialista da L'Express.

É o que fazem alegremente Felix Rohatyn, em uma série de artigos publicados nos Estados Unidos, Peter Jay e Michael Stewart, em um livro lançado recentemente na Inglaterra. Mas, lendo-os, verifica-se que seus roteiros catastróficos são moralidades disfarçadas, escritas para incitar os governos a bem agir, ou seja, a sentir as opiniões que lhes são dadas por esses autores.

De fato, três problemas dominam a reflexão sobre a possibilidade de uma crise: o desemprego na Europa, o endividamento na América Latina e os déficits americanos.

Estudando-se as causas do desemprego na Europa, retêm-se três delas: a inadaptação de uma parte do capital industrial à concorrência internacional, a rigidez dos sistemas salariais e as políticas deflacionárias. Na medida em que o in-

vestimento produtivo renovar o capital, que a flexibilidade superar a rigidez e que as políticas econômicas voltarem a ser expansionistas, o desemprego diminuirá. Se a situação atual em si não é satisfatória — é o menos que se possa dizer —, não é nem anunciadora nem portadora de uma crise.

O endividamento dos países da América Latina cria um problema mais preocupante. Para reembolsar, esses países são obrigados a sofrer deflações severas e a reduzir suas importações. O que não favorece o comércio mundial. Se chegassem a não pagar, poderiam ocorrer falências bancárias no Ocidente. Mas esses riscos diminuem na medida em que os bancos fazem provisões para seus créditos duvidosos, concordando seus acionistas em suportar uma perda; e por que os países desenvolvidos tomam cada vez mais consciência da necessidade, para o conjunto do sistema mundial, de transferir capitais para a América Latina e para a África.

Resta a situação americana. O déficit externo deveria acabar diminuindo porque, entre outros motivos, depois da queda do dólar, o custo do trabalho tornou-se menos elevado nos Estados Unidos do que na Europa e no Japão e as exportações poderão ser reiniciadas. Em compensação, o déficit público é contundente. Cada um sabe muito bem que, até as próximas eleições presidenciais, não convém esperar nem um aumento dos impostos nem a redução dos gastos públicos, civis e militares, e que os Estados Unidos deverão, portanto, viver com seu déficit orçamentário.

O problema histórico, portanto, não é a possibilidade de uma grande crise, mas saber o que fará o futuro presidente dos Estados Unidos. Como reduzirá o déficit público? Sacrificará as despesas com armamentos — atitude a que seria levado pela pressão dos democratas e pelo encanto de Gorbachov? Como reagirá à inflação e à recessão, ambas ameaçadoras?

Se os americanos, como é possível, escolherem o desarmamento (para reduzir o déficit) e a desaceleração da economia (para que os juros subam e as despesas da União baixem), caberá então aos europeus, para manter o equilíbrio econômico e o da segurança, estimular a expansão e aumentar seus armamentos, o que não é incompatível nem impossível.